

1 Introdução

1.1 As Áreas Naturais Protegidas

Desde os tempos remotos o homem procurou proteger certas áreas, associadas a divindades, mitos ou fatos históricos marcantes. Havia também o objetivo de preservar espécies da fauna e seus *habitats*, visando possibilitar seu uso econômico ou garantir uma reserva de caça para os nobres. A proteção às fontes de água era fundamental assim como garantir certos recursos naturais como a madeira, para a construção de navios.

A partir da segunda metade do século XIX o objetivo principal da proteção de certas áreas naturais passou a ser a preservação de belezas cênicas, para as gerações futuras. Com o tempo, essa preocupação foi ampliada, abrangendo finalidades de cunho ecológico como “o resguardo dos recursos hídricos, a manutenção de espécies ameaçadas, a preservação do equilíbrio climático e, especialmente, a conservação da diversidade biológica” (GASTAL, 2002; apud CAMPOS et al, 2011, pg. 1).

Conforme TERBORGH e BOZA, 2002, pg. 414:

A natureza está sob assédio na maior parte do mundo tropical. Um hábitat, uma vez perdido, não pode mais ser recuperado em um intervalo de tempo satisfatório. A recuperação, via processo de sucessão vegetal, pode levar séculos. Os conservacionistas se veem obrigados a defender o que resta da natureza contra forças poderosas que têm a ganhar com a sua destruição. Em todo lugar, ocorrem perdas contínuas, mesmo nos países mais prósperos e esclarecidos.

Foi assim consolidado o conceito de Áreas Naturais Protegidas, as quais são também chamadas atualmente, em determinados países, de Áreas de Conservação e, no Brasil, de Unidades de Conservação.

Existem inúmeras razões que justificam a criação de Áreas Naturais Protegidas. GOUDIE, 1990 enumerou pelo menos nove delas:

- a) Éticas: segundo as quais as espécies selvagens têm o direito de compartilhar conosco esse planeta, não devendo ser exterminadas.
- b) Científicas: pois conhecemos muito pouco sobre o ambiente que nos cerca, o qual deve ser preservado para futuros estudos.
- c) Estéticas: plantas, animais e paisagens podem, com sua beleza, enriquecer a vida dos humanos.
- d) Manutenção da diversidade genética: uma vez que a perda ou modificação da diversidade das espécies não pode mais ser reconstituída.

- e) Estabilidade ambiental: quanto mais diverso o ecossistema mais fácil é manter sua estabilidade.
- f) Recreacionais: “*habitats*” e paisagens preservadas tem um valor recreacional enorme, além de, em alguns casos, terem grande valor econômico também.
- g) Econômicas: muitas espécies são ainda pouco conhecidas podendo tornar-se recursos econômicos muito úteis no futuro.
- h) Preocupação com as gerações futuras: nossos filhos e netos (e nós mesmos daqui a alguns anos) podem culpar-nos pela destruição de belezas cênicas, espécies raras ou recursos naturais que lhes farão falta.
- i) Impactos imprevistos: efeitos colaterais e consequências não previstas de nossas ações podem tornar-se extremamente desvantajosos para os humanos.

A maior extensão das Áreas Naturais Protegidas situa-se fora dos ambientes urbanos, havendo uma grande preocupação com a preservação das florestas. Existem, no entanto, Áreas Naturais Protegidas Urbanas, as quais tem enorme importância para garantir as áreas verdes necessárias à boa qualidade de vida nas cidades.

Os índices de área verde por habitante caracterizam os ambientes urbanos como mais ou menos favoráveis à qualidade de vida local. São também elementos estratégicos para o planejamento urbano e definição de limites do meio físico à expansão das cidades. A criação de Unidades de Conservação nesses locais visa dotar “o espaço urbano de cobertura vegetal e áreas verdes fundamentais à reprodução do ciclo natural e manutenção do equilíbrio dinâmico” (MAZZEI et al, 2007, pg. 33).

Conforme ressalta MEUNIER, I, 2005:

As áreas verdes urbanas melhoram as condições microclimáticas, reduzindo os extremos de temperatura, e protegem o solo da impermeabilização, facilitando a infiltração das águas de chuva. Áreas arborizadas controlam a poluição atmosférica, tanto pela retenção de partículas sólidas quanto pela absorção de poluentes gasosos, com o gás carbônico. Não só a saúde física dos frequentadores das áreas verdes pode ser melhorada com a prática de atividades físicas ao ar livre, como a saúde mental recebe benefícios já comprovados por pesquisas científicas.

Ao longo das décadas, entretanto, a criação de muitos Parques nas Áreas Naturais Protegidas, inclusive nas áreas urbanas, não alcançaram seus objetivos, limitando-se aos atos oficiais dos legisladores. São “parques que não foram realmente implantados e têm apenas uma existência virtual, como linhas desenhadas em mapas oficiais” (TERBORGH e VAN SCHAIK, 2002, pg. 26), tornando-se apenas *parques de papel* (DUDLEY E STOLTON, 1999, pg. 4).

Existem também muitos Parques que não podem ser considerados meramente como *parques de papel*, mas onde as tentativas de tornar efetiva a sua conservação, mediante a colocação de cercas e a vigilância das áreas de modo a evitar as invasões, a exploração dos recursos naturais e a proteção da fauna e da flora, têm se mostrado bastante ineficientes. Mesmo nos casos de alguns Parques, em que a administração conta com um Conselho Consultivo, com ampla participação da sociedade local, não tem sido alcançados plenamente os objetivos da sua criação.

1.2

Objetivo da Pesquisa

Realizamos uma pesquisa exploratória, de caráter qualitativo, sobre Áreas Naturais Protegidas, com o *objetivo geral* de comprovar que, para que essas áreas cumpram seu papel, não é suficiente que disponham de uma boa infra-estrutura nem um mecanismo de gestão que contemple uma efetiva participação comunitária, mas que é indispensável desenvolver planos de ação que tenham como base seu Uso Sustentável, ou seja, com ênfase no chamado Eco-Turismo.

No caso dos Parques Naturais Urbanos, é fundamental desenvolver atividades de lazer, recreação, busca de bem-estar físico, etc., enfim, priorizar o Lazer Ecológico. Essa postura (VAN SCHAİK e RIJKSEN, 2002, pg. 39) se reflete em dísticos como “Parques são para as Pessoas” ou, como prega o WWF, “as metas da conservação podem ser melhor atingidas se vierem ao encontro das necessidades humanas”.

Escolhemos uma Área Natural Protegida Urbana – o Parque Natural Municipal Marapendi / RJ para, como *objetivo específico*, avaliar na prática os acertos e erros ali presentes no que tange à implantação efetiva do Parque, propor soluções para os problemas encontrados e indicar ações visando seu Uso Sustentável.

1.3

Delimitação da Área de Estudo

Focamos nosso estudo nas Unidades de Conservação tipo Parque, por estarem melhor adequadas ao objetivo de melhoria da conservação daquelas áreas, tanto nas regiões mais afastadas dos centros urbanos como naquelas inseridas dentro dos perímetros das cidades.

Para o desenvolvimento de um Estudo de Caso, relacionamos os Parques Naturais situados na cidade do Rio de Janeiro, tanto os Federais, como os Estaduais ou Municipais, fixando-nos no Parque Natural Municipal Marapendi / RJ (agregado ao Parque Natural Municipal da Barra da Tijuca), pelo potencial que apresenta em termos de área de lazer para a cidade.

1.4

Relevância

A utilização racional dos Parques Naturais Urbanos pela população das cidades ajuda a preservar essas áreas e ainda pode gerar retorno econômico para os parques; esse é o caminho para sua efetiva conservação. Os usuários dos parques tornam-se aliados na luta pela sua proteção. Depois de certo tempo os parques se tornam tesouros locais e motivo de orgulho. É neles que as populações urbanas procuram por oportunidades de recreação e esparecimento da tensão e o congestionamento das megacidades.

Na maioria das Unidades de Conservação tipo Parque, no Município do Rio de Janeiro, não existe ainda um Plano de Manejo e, quando existe, não tem um foco definido quanto à utilização do espaço. Acreditamos ser de suma importância a caracterização clara do Uso Sustentável dos Parques Naturais Municipais, para que seja alcançada sua efetiva conservação.

1.5

Metodologia

Nossa pesquisa foi conduzida basicamente através de consultas bibliográficas (livros, artigos, trabalhos acadêmicos). No caso das Áreas Naturais Protegidas Urbanas do Município do Rio de Janeiro, que foram escolhidas para ilustrar melhor a pesquisa, foram realizadas visitas aos Parques e mantidas conversações com seus gestores e com os responsáveis pelas Unidades de Conservação da administração municipal. Esses contatos complementaram em muito o Estudo de Caso do Parque Marapendi / RJ. Muito ajudou nossa vivência e familiaridade com o tema, pelas funções desenvolvidas como Presidente da Associação dos Moradores de Pedra de Itaúna, como Coordenador de Proteção Ambiental do Condomínio Vivendas do Sol, como Coordenador do Grupo de Meio Ambiente da Associação Mundo Novo, como Coordenador do Comitê da APA Marapendi do Projeto Barra Sustentável, como fundador e Diretor da Câmara Comunitária da Barra da Tijuca e como membro da Câmara Setorial Permanente de Unidades de Conservação do Conselho Municipal de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro – CONSEMAC.

Através do Estudo de **Caso** do Parque Natural Municipal Marapendi / RJ, será possível realizar uma avaliação da realidade atual das condições de operação e uso deste Parque Municipal. Desta forma poder-se-ia desenvolver propostas de otimização da gestão e do aproveitamento do Parque, o que pode servir de modelo para outros Parques Municipais.

1.6

Estrutura da dissertação

No primeiro capítulo da Dissertação procuramos conceituar as Áreas Naturais Protegidas, definir os objetivos do trabalho e sua delimitação, mostrar a relevância do mesmo e a metodologia empregada.

No segundo capítulo desenvolvemos o tema básico apresentando um histórico das Áreas Naturais Protegidas e sua importância, abordamos a legislação brasileira sobre a matéria e indicamos as dificuldades para a conservação daquelas áreas. A seguir

tratamos do Uso Sustentável das mesmas, com ênfase no ecoturismo e no lazer ecológico. Finalizamos com uma apresentação dos Parques Naturais estaduais e municipais do Rio de Janeiro.

O terceiro capítulo foi dedicado a um estudo de caso, enfocando o Parque Natural Municipal Marapendi, no Rio de Janeiro. Estabelecemos uma correlação com a pesquisa geral, apresentamos uma descrição da área e sua evolução histórica. Tratamos a seguir problemas atuais enfrentados pelo Parque e de ante-projetos já desenvolvidos visando seu Uso Sustentável.

No quarto capítulo são apresentadas conclusões, recomendações e propostas.